



Comité Económico e Social Europeu
Grupo dos Trabalhadores

«O impossível faz-se logo e já – os milagres levam mais tempo»

REFORMAS NO MERCADO DE TRABALHO E «MILAGRES» NO DOMÍNIO DO EMPREGO NA ALEMANHA

*Matthias Knuth, Instituto do Trabalho e das Qualificações,
Universidade de Duisburg-Essen*

O presente estudo foi realizado por Matthias Knuth na sequência de um concurso lançado pelo Comité Económico e Social Europeu. A informação e opiniões expressas neste estudo são do autor e não refletem necessariamente o ponto de vista oficial do Comité Económico e Social Europeu. O Comité Económico e Social Europeu não garante a correção dos dados aqui incluídos. O Comité Económico e Social Europeu, assim como todas as pessoas agindo em seu nome, declina qualquer responsabilidade pela eventual utilização dada às informações aqui contidas.

Síntese

Entre 2002 e 2005, a Alemanha empreendeu reformas profundas do mercado de trabalho, que desfizeram a imagem, outrora muito propalada, de uma «esclerose antirreformista alemã». Porém, a componente destas reformas relacionada com o Direito do trabalho em sentido estrito foi bastante reduzida. No essencial, tratou-se de reformar o regime de prestações sociais e de ativação para a inserção profissional das pessoas desempregadas e necessitadas em idade ativa, com base numa estratégia que privilegia o emprego («*work first*»). Estas reformas foram extraordinariamente controversas e alteraram o panorama político-partidário alemão.

Pouco tempo depois das reformas, começou a assistir-se a uma *inversão de tendências* no mercado de trabalho alemão: o *desemprego* caiu, o *emprego* coberto pela segurança social aumentou novamente e o mercado de trabalho alemão revelou-se extraordinariamente *resiliente* durante a crise financeira e económica de 2008/2009. Desde então, a economia alemã tem sido tão bem sucedida que gerou inquietações crescentes quanto aos desequilíbrios económicos na Europa. Ao mesmo tempo, os países vizinhos europeus têm intensificado esforços para seguir a Alemanha na sua via supostamente bem sucedida, implementando «reformas estruturais» segundo o modelo alemão, na esperança de alcançar êxitos semelhantes.

Esta coincidência temporal leva a pensar que as reformas no mercado laboral estão na origem da inversão de tendências no mercado de trabalho alemão, permitindo também rejeitar as críticas aos efeitos negativos destas reformas, apontando a sua eficácia como o fator essencial. Todavia, o *impacto das reformas no mercado de trabalho é muito menor* do que normalmente se admite. A diminuição do desemprego deve-se à contração das reservas de mão de obra, ao abrandamento da evolução da produtividade e à divisão do número de horas trabalhadas por mais trabalhadores. Além disso, a componente do desemprego provocada por uma desadequação das competências não diminuiu. O extraordinário desempenho do mercado de trabalho alemão durante a crise de 2008/2009 deve-se a circunstâncias e mecanismos que remetem mais para um modelo tradicional de economia nacional «coordenada» (Hall e Soskice 2004) do que para o espírito neoliberal das reformas do mercado de trabalho. Porém, *também os efeitos negativos das reformas foram mais reduzidos* do que afirmam os críticos: a estagnação dos salários, as crescentes desigualdades salariais, o aumento dos postos de trabalho com salário baixo e o incremento de formas de emprego atípicas são fenómenos que, apesar de se inserirem na lógica das reformas, tiveram início vários anos antes. Inclusivamente, algumas destas tendências até abrandaram após as reformas. Os efeitos atribuíveis às reformas, tanto pelo seu teor como pelo momento em que se verificaram, são o aumento do trabalho temporário e dos «miniempregos».

Assim sendo, pressupõe-se que, para além das reformas laborais relacionadas com o «Plano Hartz», importa contemplar duas outras alterações institucionais fundamentais: a *alteração da idade da reforma* e a *decrecente força vinculativa dos acordos coletivos*. As crescentes desigualdades salariais e, acima de tudo, o aumento das disparidades entre os salários do setor produtivo e os do setor

dos serviços devem-se muito mais ao enfraquecimento do sistema de acordos salariais coletivos do que às reformas do mercado laboral. Assim, é questionável que o sucesso das exportações alemãs se deva de facto a uma moderação salarial, que foi muito menos intensa nos setores de produtos para exportação do que no domínio dos serviços. Cabe antes perguntar se o emprego não foi gerado por uma estratégia mais orientada para a procura interna. A alteração da idade da reforma contribuiu para que, na Alemanha, a percentagem de trabalhadores mais velhos tenha aumentado muito mais do que noutros Estados-Membros da UE. Além disso, durante a crise de 2008/2009, impediu as empresas de utilizar as vias tradicionais para ajustar a composição do seu pessoal, através de programas de reforma antecipada, obrigando-as a recorrer mais à flexibilidade interna do que à externa, na hora de contratar pessoal. No entanto, a probabilidade de iniciar um novo emprego não aumentou para os trabalhadores mais velhos em comparação com os mais jovens. Essencialmente, o aumento da atividade remunerada dos mais velhos significa que os trabalhadores envelhecem nos postos já existentes e que permanecem ativos até uma idade mais avançada do que as gerações anteriores.

O que resta, então, das reformas do mercado laboral? Estas parecem ter acelerado a *passagem do desemprego para o emprego*. Contudo, não se registou qualquer melhoria das oportunidades de emprego dos desempregados de longa duração. Este efeito de aceleração limita-se aos desempregados a curto prazo, que ainda são beneficiários de subsídios de desemprego e pretendem evitar cair na dependência de subsídios básicos de subsistência subordinados a condições de recursos. Pelo mesmo motivo, receando o desemprego, os trabalhadores ativos tornaram-se mais dispostos a fazer cedências, pelo que mais facilmente aceitam sacrificar-se para manter o seu posto de trabalho. Estes fatores contribuíram para vencer a crise de 2008/2009. Ao mesmo tempo, receios deste tipo reduzem também a apetência dos empregadores para o risco. Apesar do crescimento da economia e do emprego, a *rotação* da mão de obra na economia baixou. A *duração média de permanência* num emprego aumentou, não obstante o incremento de formas de emprego «flexíveis». Consequentemente, a capacidade do mercado de trabalho alemão de recolocar trabalhadores deteriorou-se. Para além da intimidação provocada pelas reformas do mercado de trabalho, a causa deste fenómeno pode residir também no facto de os salários iniciais oferecidos em novos empregos terem continuado baixos.

Assim, as reformas contribuíram para que os sinais enviados pela relação alterada entre a oferta e a procura – um potencial de mão de obra decrescente aliado a uma subida do emprego – não tenham, até agora, chegado aos atores do mercado e que, apesar das queixas cada vez mais frequentes sobre a escassez de trabalhadores, não tenha havido consequências no preço da mão de obra. Esta situação conduz à redução da pressão para racionalizar, ao abrandamento da evolução da produtividade e à escassez de investimento, apesar de haver um excesso de capital.

Assim sendo, não é recomendável que as medidas tomadas na Alemanha sejam imitadas no seu conjunto, o que não invalida que certos aspetos possam servir para dar novas ideias sobre possíveis opções de reformas noutros países.



Comité Económico e Social Europeu

Grupo dos Trabalhadores

Rue Belliard 99
B- 1040 Bruxelas



Secretariado do Grupo dos Trabalhadores

Telefone: **+32 2 546 99 32**

Fax: **+32 2 546 97 55**

Correio eletrónico: ***gr2@eesc.europa.eu***

Sítio Web: **www.eesc.europa.eu/gr2**

